

familiaridade, a afetividade, a identidade e a construção da diferença, da diversidade, da desigualdade.

No entanto, ela é um lugar bastante complexo, de produção social, de vida pública e coletiva, no qual a identidade é vivida em fronteiras difusas, permeáveis, com muitos espaços de contato, de resistências e de exclusão, em que há manifestação de diferentes percepções, usos, culturas e aspirações de distintos grupos, em seus espaços públicos e privados. Esse fato leva a pensar a cidade como um território, ou como territórios, territorialidades.

Nesta abordagem, dá-se prioridade a temas como: a cidade como arranjo espacial – com isso se discute o que caracteriza a cidade (a vida pelo aluno e outras que podem ser apresentadas pelo professor) do ponto de vista da organização da paisagem; como modo de vida – resultado de uma determinada prática social e ao mesmo tempo uma condição dessa prática; como modo de produção – com esse tema se trabalha o entendimento de que ela é um arranjo espacial histórico e que corresponde a determinadas formas de organização e da produção social.

O encaminhamento didático com o conteúdo cidade permite ultrapassar a abordagem restrita à sua paisagem, ao seu aspecto formal, explicitando elementos mais essenciais para a sua análise, como o fato de ser materialização de modos de vida e de modos de produção. Seu estudo por essa perspectiva contribui também para o desenvolvimento de habilidades necessárias aos deslocamentos do aluno, cotidianos ou não, habilidades que são fundamentais, mesmo que não suficientes, para o usufruto pleno do direito à cidade.

\*\*\*

Neste capítulo, procurou-se evidenciar os processos que estruturam a dinâmica do espaço intraurbano da maior parte das cidades, grandes e médias, da atualidade, com o intuito de dar ênfase aos processos que expressam a profunda desigualdade social entre seus habitantes, afetando seu cotidiano também de forma desigual. A compreensão é de que a análise desses processos é de fundamental importância para projetar e para vivenciar uma cidade alternativa, seja por meio de práticas de planejamento e gestão urbanas, seja por meio da formação escolar, do ensino da cidade – formação, ao fim e ao cabo, necessária àquelas práticas e àquelas vivências.

## 6 LUGARES PERIFÉRICOS DA CIDADE, VIDA COTIDIANA E O ENSINO DE GEOGRAFIA

*Favela no Brasil, poblacione no Chile, villa miseria na Argentina, canegñi no Uruguai, rancho na Venezuela, banlieue na França, gueto nos Estados Unidos: as sociedades da América Latina, da Europa e dos Estados Unidos dispõem todas de um termo específico para denominar essas comunidades estigmatizadas, situadas na base do sistema hierárquico de regítes que compõem uma metrópole, nas quais os párias urbanos residem e onde os problemas sociais se congregam e infectionam, atritando a atenção desigual e desmedidamente negativa da mídia, dos políticos e dos dirigentes do Estado.*  
Wacquant 2005, p. 7

Ao iniciar assim a apresentação de seu livro, Wacquant procura expressar, por um lado, a amplitude da realidade a ser analisada por ele e sua manifestação em diferentes lugares do globo – mesmo sem mencionar países dos continentes africano e asiático – e, por outro, já anuncia uma visão sintética de sua problemática, quando menciona “os párias urbanos” e “a atenção desigual e desmedidamente negativa” que diferentes setores da cidade a ela dedicam. Com efeito, mesmo entendendo que se trata de uma realidade global, sabe-se, no entanto, que se constituem particularidades em diferentes lugares, como os guetos nos EUA e os *banlieues* na França, analisados pelo autor,

sendo que suas denominações expressam sentidos e significados sociais atribuídos a essa realidade em cada caso.

Em relação ao Brasil, o autor faz referência à denominação *favelas* para as regiões "situadas na base do sistema hierárquico" das metrópoles, mas essa designação não é comum a todo o país; a marginalidade urbana é diversa e recebe diferentes denominações, conforme a região. Seja qual for o nome que se dê a essas áreas – favela, vila, mocambo, subúrbio, periferia, arrabalde –, o fato é que esses termos são utilizados para se referir a lugares cada vez mais presentes nas diversas cidades brasileiras, sobretudo médias e grandes. São lugares periféricos, segregados, marcados, estigmatizados, marginalizados, onde vivem os mais pobres, os "condenados" da cidade, no dizer de Macquart (*idem*). Neste capítulo, vou me referir a eles como *periferia*, por considerar essa denominação abrangente e muito usual e por entender que se trata de periferia social, e não simplesmente espacial, ainda que considere correto o questionamento ao termo, já que a complexidade do espaço urbano atual não permite que se trate a estrutura espacial das cidades com o esquema simplificado centro-periferia.

Em outra perspectiva, na linha de investigação em geografia urbana, Serpa (2007) busca o recorte espacial do bairro, ressaltando-o como lugar da experiência e da ação, como espaço vivido e sentido, onde se elabora o sentimento de pertencimento, onde se realizam práticas cotidianas e aparentemente banais. O autor faz essa opção com o intuito de investigar elementos para um planejamento mais descentralizado e participativo e por entender que a noção de centro-periferia precisa ser superada, já que ela "dá conta das desigualdades, mas não das diferenças" (*idem*, p. 10). Ainda assim, Serpa reconhece que os maiores problemas urbanos estão concentrados nos bairros da periferia, entendida como periferia social.

Pode-se, portanto, falar em periferia da cidade para evidenciar espaços socialmente periféricos, onde vivem aqueles que são social e economicamente periféricos; alguns deles estão nas áreas centrais das cidades, mas a grande maioria, do ponto de vista da população abrigada e da área ocupada, está nas áreas mais distantes do centro, frequentemente no anel periférico das malhas urbanas.

A questão da periferia nas médias e grandes cidades do mundo inteiro e particularmente do Brasil tem uma dimensão crescente tanto do ponto de

vista da gravidade dos problemas que abarca quanto do quantitativo de pessoas envolvidas. Do ponto de vista quantitativo, os números demonstram que, juntamente com o crescimento geral da população urbana no mundo, que atualmente está superando o da população rural, crescem as metrópoles, as megacidades, as áreas conurbadas e suas zonas periféricas, na Ásia, na África, na América Latina. Esse crescimento populacional em alguns lugares vem acompanhado de crescimento econômico, de crescimento industrial, mas em outros ele está desvinculado de um processo de desenvolvimento socioeconômico e muitas vezes significa tão somente a migração intensa de populações de áreas rurais para áreas urbanas e o inchaço das zonas periféricas de ocupação popular, fazendo com que essa população, em algumas regiões do globo, tenha crescimento maior que a população urbana em geral.

Alertando para as dificuldades de registros numéricos precisos de áreas e de população consideradas de favelas, Davis (2006) fala em generalização das favelas na Terra e apresenta dados da ONU dando conta de que em países menos desenvolvidos a população de favelados é de 78,2% dos habitantes urbanos. Como já foi dito, não se pode simplificar o problema das localizações nas cidades, em qualquer parte do mundo, mas quando se está falando aqui de números de favelados, o que se busca é destacar os lugares de moradia da população pobre, é da pobreza que se trata, pois nesses espaços estão concentrados os pobres da cidade, ainda que se saiba de sua existência em outros lugares, como em áreas centrais deterioradas, em cortiços, ou mesmo na rua. Esse é o padrão urbanístico das cidades de países menos desenvolvidos, áreas da "orla urbana" cada vez mais extensas, destinadas à população pobre, nas formas de loteamentos clandestinos, áreas de urbanização irregular, áreas de "invasão" ou de "ocupação" irregular, áreas de assentamentos, conjuntos habitacionais. E, segundo Davis (*idem*, p. 55), "a principal função da orla urbana do Terceiro Mundo continua a ser a de depósito de lixo humano. Em alguns casos, o lixo urbano e os imigrantes indesejados acabam juntos!"

1. A referência chocante aos pobres como lixo urbano de certa forma também está presente na análise de Bauman, em *Vidas desperdiçadas* (2005). O autor refere-se ao refúgio humano e afirma: "A produção de 'refúgio humano', ou mais propriamente,

Todas essas colocações salientam o fato de que há, nas diferentes partes do globo, um crescimento considerável das áreas periféricas das grandes cidades – estas, cada vez em maior número e concentrando populações mais numerosas. Para reforçar essa constatação, para o caso brasileiro, podem-se considerar os dados do IBGE apresentados por Maricato (2006, p. 215): “A concentração urbana foi uma das características desse crescimento (urbano): 32,9% da população urbana mora em 11 metrópoles, onde estão também 82,1% dos domicílios localizados em favelas do total nacional, o que revela o caráter concentrador da pobreza urbana nas metrópoles”.

Essa realidade põe, de forma inevitável, o alarmante e complexo problema relacionado à garantia da vida, em todas as suas esferas, dessas pessoas ali presentes, para o qual se voltam estudiosos e profissionais de todas as áreas: sociólogos, urbanistas e arquitetos, planejadores urbanos, psicólogos, geógrafos, políticos, religiosos.

No Brasil, está presente a preocupação em compreender a vida dos que moram em espaços marginais, nesses lugares periféricos da cidade – preocupação demonstrada em diversos meios culturais e científicos, como no cinema, com a produção de filmes que abordam essa temática;<sup>2</sup> na televisão, com a produção de novelas que tratam desse assunto pelas emissoras de maior destaque; nos jornais e revistas do país; na música; em livros de literatura e científicos. Todas essas vias revelam um mundo particular, onde violência, criminalidade e pobreza são a tônica predominante na espetacularização desses lugares, espaços malditos. Mas existem vários outros aspectos a serem abordados para compreendê-los.

de seres humanos refugados (os ‘excessivos’ e ‘redundantes’, ou seja, os que não puderam ou não quiseram ser reconhecidos ou obter permissão para ficar), é um produto inevitável da modernização, e um acompanhante inseparável da modernidade. É um inescapável efeito colateral da *construção da ordem* (cada ordem define algumas parcelas da população como ‘deslocadas’, ‘inaptas’ ou ‘indesejáveis’) e do *progresso econômico*” (p. 12; grifo do autor).

2. Podem-se destacar aqui a produção e a repercussão de filmes recentes como *Cidade de Deus*, *Cidade dos homens* e *Tropa de elite*.

Alguns questionamentos orientam mais diretamente as reflexões deste capítulo: como é o dia a dia desses espaços, para além do espetáculo? Como é a vida cotidiana para a criança e o jovem nesses lugares? Como as pessoas que ali moram percebem e vivem a cidade? De que maneira elas se percebem como moradoras da cidade e desse lugar? Qual o significado atribuído à “escolha” desse lugar para morar? Quais as implicações dessa “escolha”? Essas questões encaminham, nos itens seguintes do texto, alguns elementos para analisar essa problemática, numa linha de investigação que destaca o ensino de cidade com a contribuição da geografia, visando à vida urbana cotidiana para os jovens escolares.

### *Um lugar periférico para morar*

Na dinâmica interna das cidades, a moradia é um dos eixos definidores; afinal, antes de qualquer outra coisa, as pessoas que vão para a cidade ou mesmo as que nascem em áreas urbanas necessitam de um abrigo – parte essencial da produção da existência que, histórica e culturalmente, vai adquirindo formas específicas. A moradia constitui uma referência da vida cotidiana, para onde convergem as pessoas, na sua privacidade, de volta das atividades rotineiras, de volta da vida pública. Nessa relação da vida pública-vida privada, a produção da moradia, da casa, é parte da produção urbana em geral, estando ligada à sua lógica. Mas tem a ver com a existência de cada um, com um lugar para morar.

A escolha de um lugar para morar nem sempre é possível, mas, quando isso se dá, alguns fatores são definidores dessa opção, como as relações de parentesco e/ou amizade com pessoas de um determinado local, o custo do aluguel ou da propriedade, a distância do trabalho e, muitas vezes secundariamente, a segurança do local e a qualidade da habitação. É nessa lógica individual, familiar e privada que cada um, pobre ou não, vai definindo na cidade seu lugar de moradia, vai constituindo seu lugar de existência, seu lugar de referência, compondo sua identidade individual e social. \*

Destacam-se, nessa linha de raciocínio, os significados e os sentidos da moradia para o cotidiano das pessoas, entendendo que é com essa referência que elas vão construindo seu lugar, estabelecendo relações com

os vizinhos, buscando os serviços, o lazer. Então, pode-se afirmar que grande parte da população brasileira constrói seu lugar na periferia das cidades. ● crescimento exponencial de algumas das principais cidades brasileiras, o aumento da população urbana, que tem ocorrido nos últimos anos em todo o país, e a simples visão da paisagem urbana da maioria das cidades (algumas apresentam bolsões de miséria visíveis de qualquer parte, ao passo que outras os "escondem" em áreas menos perceptíveis) mostram não só os contrastes físicos como também as contradições sociais, as hierarquias socioespaciais, deixando claro que essa é uma realidade muito presente nas malhas urbanas das cidades brasileiras, onde cada vez mais são produzidos lugares periféricos.

De fato, essas grandes cidades se caracterizam espacialmente por esse "dualismo": de um lado, setores concentrando áreas de elevado padrão urbanístico, bem equipadas, bem servidas, destinadas às camadas mais ricas da sociedade; de outro, áreas periféricas, subequipadas, desassistidas, muitas vezes com ausência completa de infraestrutura, onde vive a população mais pobre. De um lado, áreas residenciais amplas, com limites bem estabelecidos, com clara separação entre a casa e os espaços públicos, com equipamentos urbanos articulados; de outro, casas pequenas, casebres, sempre inacabados, provisórios, apertados, à espera de mais um "puxadinho", dividindo pedaços de terrenos e os poucos equipamentos (nem sempre legais) com familiares, com "agregados" de família, com vizinhos. A consolidação desse processo tem reforçado a separação entre áreas internamente homogêneas, provocando a segregação das diferentes classes e grupos sociais, impedindo o encontro, a convivência com o outro, com o diferente. Trata-se da perversidade da separação levando ao distanciamento entre esses diferentes.

Um arranjo urbano que representa de modo extremado esse processo tem sido adotado cada vez mais pelos planejadores da cidade e pelo mercado imobiliário: são os chamados condomínios horizontais residenciais fechados. As pessoas que neles moram se autossegregam, ou segregam os outros da cidade; em alguma medida, buscam o isolamento, a proteção, a convivência com seus "iguais"; negam as contradições sociais presentes no espaço urbano, submetendo-se, com isso, às normas internas para essa convivência (que vão desde a definição de padrões urbanísticos dos projetos de suas residências

até as regras para o recebimento de visitantes e prestadores de serviços). Esses condomínios residenciais de luxo estão presentes hoje nas grandes e também nas médias cidades brasileiras, ocupam grandes extensões de terra e localizam-se geralmente em áreas periféricas do tecido urbano, com acesso facilitado às áreas centrais.

Em Goiânia, por exemplo, eles têm-se constituído cada vez mais em uma opção de moradia para as camadas de maior poder aquisitivo, como forma de distinção social (por vezes incluindo no discurso a busca de melhor qualidade de vida) e de garantia de maior segurança cotidiana, individual e familiar.<sup>3</sup>

A implantação desses condomínios torna mais complexo o espaço periférico de uma cidade, assim como interfere nos sentidos e significados da própria moradia para os habitantes dessa cidade; no entanto, isso não representa uma transformação na estrutura urbana, na medida em que o processo aqui chamado de dualismo no espaço urbano recebe novas modalidades, por assim dizer, mas permanece e até fica reforçado, numa mesma área – uma área cercada por grandes e altos muros, com cercas elétricas e guaritas que regulam a entrada, constituindo um "mundo à parte", a ser imaginado por quem está "de fora", incrustado em uma área ampla, que abriga uma população maior, mais adensada, mais pobre, que via de regra se relaciona com essa área somente para a prestação de serviços. A separação permanece, a segregação é reforçada, a interdição é legitimada, a privatização do público é consentida. Fora isso, a periferia permanece como o lugar do pobre, como o lugar espacial e socialmente periférico, fazendo com que suas condições de moradia sejam as piores possíveis. Ou seja, morar em lugares periféricos significa, na maior parte das vezes, morar perifericamente na cidade, significa viver perifericamente a cidade, usufruir quase nada do que a cidade tem a oferecer a seus habitantes. Tudo isso implica ampliar o significado dessa experiência para além da moradia, incluindo práticas sociais, práticas culturais, práticas espaciais.

3. Uma análise dos condomínios fechados em Goiânia pode ser encontrada em Ruth A. Almeida 2007.

No "lado" periférico da cidade, morar significa partilhar cotidianamente espaços densamente povoados, não raras vezes violentos, instáveis do ponto de vista social e do ponto de vista físico, com elementos de urbanização muito precários, onde a delimitação entre vida privada e vida pública, não comum para outras camadas da sociedade, está comprometida.

Sobre a questão da instabilidade física nessas áreas, podem-se destacar alguns elementos, recorrendo a Davis (2006), que descreve a "ecologia das favelas", citando habitações desse tipo em cidades brasileiras como Belo Horizonte e São Paulo, mas referindo-se também a favelas em Caracas, Johannesburgo e Manila, chamando a atenção para a vulnerabilidade ambiental dessas comunidades, instaladas em solos dolomíticos, em solos lateríticos, em terrenos erodidos, em desfiladeiros.

Será que alguém "escolhe" morar em áreas periféricas como as aqui descritas, em barracos literalmente "empilhados", "amontoados" em montes, em encostas, em ambientes insalubres, em áreas de risco? Pode-se admitir que algumas pessoas "escolham" morar em áreas extremamente afastadas dos centros das grandes cidades, comprometendo seu cotidiano com horas prolongadas em pontos de ônibus, em longos, repetidos e intermináveis trajetos casa-trabalho-casa, casa-escola-casa, casa-lazer-casa?<sup>4</sup> A resposta imediata e evidente a essas questões é negativa. Então, se não se trata de uma escolha, por que as pessoas se aglomeram nesses espaços? Ora, esses são os espaços possíveis para a camada mais pobre da sociedade, pela lógica econômica de produção das cidades.<sup>5</sup>

O fato é que nas grandes metrópoles brasileiras, como Goiânia, muitos vão viver em lugares periféricos, não raramente migrantes, porque neles a

4. A relevância do fator "deslocamento na estrutura intraurbana" é destacada por Villaga 1998.

5. O fato de não escolherem essas áreas para moradia e de se submeterem a condições tão adversas para a vida cotidiana não impede as pessoas que ali vivem de criar seu próprio mundo, um mundo de afeto, um mundo de referências amigáveis, um mundo de histórias, de práticas culturais, criando, com isso, sua identidade: ao criarem seu território, criam seu lugar. Afinal, esses moradores são pessoas comuns, que no cotidiano tentam sobreviver, ganhar a vida; a maioria não vive a violência e outras situações extraordinárias que são frequentemente atribuídas a esses lugares.

moradia é mais barata e as oportunidades de trabalhar (sobretudo no mercado informal) são maiores, além de outros fatores importantes como as redes de relações sociais, do tipo parentesco e amizade, que se vão formando.

Essas questões são bastante analisadas na literatura especializada, cabendo, no âmbito deste capítulo, pontuar alguns elementos da lógica de estruturação desses espaços para demonstrar sua complexidade e buscar sua compreensão num processo de formação de cidadãos.

#### *A produção do espaço urbano e da moradia: A mesma lógica?*

A compreensão da lógica da existência de um número cada vez maior de moradias em lugares periféricos da cidade requer o entendimento dos processos dos quais decorre a produção de todo o espaço urbano, processos esses que são articulados.

O espaço urbano é produzido histórica e socialmente. Essa afirmação é recorrente nos estudos urbanos, especialmente na área de geografia. Essa ideia faz referência ao espaço como componente da produção social em geral, que tem uma lógica resultante da articulação das relações entre os diferentes grupos e classes sociais num determinado momento histórico. Sendo o espaço urbano produto social, construído e reconstruído no conjunto de suas relações, o arranjo interno das cidades, produzindo diferentes lugares, tem a ver com a lógica dessas relações. Em outras palavras, a sociedade é o principal agente do processo de produção e de apropriação do espaço. Dessa forma, a produção do espaço urbano, por meio da racionalidade capitalista, predominante na contemporaneidade, define lugares na cidade segundo lugares no processo de produção, lugares diferentes, apropriação desigual desses lugares. A produção de periferias, de favelas, de bairros ou simplesmente de áreas pobres resulta desse conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações articulados contraditoriamente no movimento social (para usar a definição de espaço de Milton Santos 1999).

Nessa lógica, portanto, a compreensão dos modos de produzir os espaços, visíveis nas paisagens urbanas, requer a análise da sociedade e de seus processos mais gerais. Na avaliação do funcionamento do capitalismo,

ainda que haja desdobramentos mais complexos dessa questão, deve-se levar em conta que a divisão do trabalho – o antagonismo entre classes de proprietários de capital e a classe de trabalhadores – produz um modo de vida social marcado pela concentração de riqueza e por desigualdades e injustiças sociais. Nas cidades, essas marcas estão presentes e são visualizadas em suas paisagens, no mundo inteiro, mas adquirem características mais específicas em determinadas áreas e no contexto da globalização, da internacionalização e da integração econômicas contemporâneas, podendo-se encontrar elementos que dão feição particular às cidades latino-americanas. No contexto específico do processo de produção e expansão das cidades brasileiras, alguns desses elementos, presentes também em outros países do capitalismo periférico, na América Latina, na Ásia, na África, são: a desigualdade social, a urbanização recente, a metropolização, a dispersão e a segregação socioespacial.

Do ponto de vista social e econômico, a dinâmica da sociedade brasileira caracteriza-se por um quadro de recente democratização política (sob o domínio do capital global) em contradição com um quadro de pobreza e desigualdade social extremo.

Esse quadro revela, pois, a necessidade de entender a dinâmica de espaços urbanos ligada a processos concernentes à produção do capitalismo periférico. Nesse processo, a cidade é, como outros espaços, a expressão da contradição entre produção do capital – que transforma tudo em mercadoria e que submete o acesso e o usufruto do espaço urbano ao mecanismo da propriedade privada – e produção da vida das pessoas; essa dupla produção se articula à contradição entre a cidade como valor de uso e como valor de troca. As cidades, nesse processo, são espaços produzidos para viabilizar a vida de um número cada vez maior de pessoas, e nesse sentido contemplam estruturas identitárias, mas principalmente são espaços estruturados para garantir a realização, a reprodução do capital internacional em espaços periféricos.

Uma outra característica relevante é o intenso processo de urbanização sofrido no Brasil, em período recente. Segundo dados do Cepal (2006), em 2005, 83,4% da população brasileira vivia em espaços urbanos. Esse índice de urbanização está no mesmo patamar ou mesmo acima do patamar encontrado em países da Europa, por exemplo, revelando as intensas

transformações ocorridas em pouquíssimo tempo, já que, no início do século XX, predominava no país a população rural.

Essa urbanização excessiva nas últimas décadas do século XX ocorreu como resultado de uma mudança produtiva na economia do país – que ocasionou intensos movimentos migratórios do campo para a cidade – e de avanços significativos no âmbito das condições sanitárias da vida urbana, o que, entre outros fatores, provocou uma diminuição dos índices de mortalidade e um aumento do crescimento vegetativo nesses espaços.

A urbanização intensa, por sua vez, provocou um crescimento concentrado em algumas das grandes cidades; esse fenômeno, que pode ser denominado “metropolização”, tem sido apontado para explicar a dinâmica urbana de cidades do mundo inteiro – inclusive com outras denominações, como metrópolis, cidades-região, cidades globais, megacidades – apontando para a concentração produtiva em grandes aglomerações urbanas inseridas em redes globais da economia. No Brasil, e em outras regiões da periferia do capitalismo, esse processo ocorre com traços peculiares, entre os quais parecem ser recorrentes a ampliação de grandes cidades, regiões ou aglomerações urbanas em algumas áreas mais que em outras (provocando certo desequilíbrio nas redes urbanas) e a presença muito marcante de problemas sociais de toda ordem nessas aglomerações.

Freitag (2006, p. 154), ao analisar quatro grandes cidades da América Latina (São Paulo, Rio de Janeiro, México e Buenos Aires), utiliza-se da categoria “megapolitização” para designar o padrão de urbanização específico de algumas cidades dessa região. Segundo a autora, o critério principal nessa categorização é o crescimento descontrolado e desregulado da população urbana, resultante da globalização da economia de mercado e responsável por alguns problemas, como as altas taxas de violência, a falta de segurança e o alto índice de poluição:

Essa explosão demográfica em relativamente pouco tempo deve-se menos ao crescimento vegetativo, que às grandes levas migratórias, via de regra, do campo para as cidades, com várias estações intermediárias. A afluência dessa população migrante a cidades “despreparadas” para recebê-la manifesta-se na forma de déficits (de emprego, moradia, escola, atendimento de saúde, serviços

urbanos básicos como suprimento de água, esgoto, transporte). As diferenças sociais e culturais dos habitantes das megápolis refletem-se no tecido urbano, onde se mesclam construções de luxo da arquitetura pós-moderna, reunidas em condomínios fechados, e favelas, cortiços, *barridas*, invasões.

Um outro aspecto que pode ser destacado no processo de estruturação do espaço intraurbano de cidades brasileiras, sobretudo das grandes metrópoles, é o crescimento acentuado de suas malhas urbanas. Nesse processo, percebe-se a grande extensão urbana, marcada, de um lado, por uma intensa criação de periferia pobre na cidade e, por outro, pela criação de espaços valorizados fora das áreas centrais e pela consequente deterioração dos centros originais da cidade.<sup>6</sup>

Na dinâmica de expansão do tecido urbano nesses aglomerados, é comum a implantação de assentamentos urbanos destinados à população pobre em periferias muito distantes e não contíguas às áreas centrais, resultando na criação de espaços vazios na malha urbana, que muitas vezes permanecem nas mãos de grandes especuladores imobiliários, à espera de valorização. Essa lógica de periferização pode ser vista em cidades brasileiras, como, por exemplo, Goiânia, que tem produzido constantemente áreas para pobres na periferia de sua malha ou em franjas urbanas dos municípios da sua área metropolitana, enquanto dados oficiais registram um número expressivo de lotes vazios nas áreas já urbanizadas da cidade.

O resultado dessa dinâmica é o processo de segregação socioespacial, que vem sendo analisado ao longo deste capítulo como produção de lugares periféricos nas áreas urbanas brasileiras. A segregação socioespacial é um fenômeno dos espaços urbanos marcados, como já foi dito, sobretudo pela dinâmica de desenvolvimento capitalista periférico, decorrente do processo de industrialização. Segundo Carlos (2006), a segregação socioespacial revela o movimento de passagem da cidade produzida como lugar da vida para a

6. Essa deterioração tem levado à criação de políticas urbanas, nos últimos 20 anos, voltadas à recuperação ou requalificação das áreas centrais – políticas inspiradas em práticas de gestão urbana de certas cidades europeias.

cidade reproduzida com o objetivo de realização do processo de valorização. Ou seja, a segregação socioespacial é a manifestação de um processo social excludente, o qual resulta em fenômenos como os destacados por Carlos (*idem*, p. 49):

A restrição ao acesso aos lugares da vida numa sociedade periférica, onde a industrialização poupadora de mão-de-obra e realizada com altas taxas de exploração do trabalho deixou uma massa de força de trabalho em potencial fora do processo produtivo e obteve aumento de produtividade às custas da alta taxa de exploração à força de trabalho, redundando em baixa remuneração, produz trabalhadores mal pagos, trabalhadores informais, migrantes vivendo de bicos ou literalmente desempregados que vão ocupando as áreas menos valorizadas da cidade.

M.L.R. Martins (2007) analisa o fenômeno da segregação socioespacial característico das cidades latino-americanas, destacando a estruturação dos espaços segundo as demandas do mercado global por áreas com condições de funcionalidade urbana de qualidade, concentrando investimentos em determinadas regiões das cidades e excluindo outras que estão à margem do mercado, com reduzidas ofertas de serviços públicos. Segundo a autora (*idem*, p. 32):

Verifica-se a ampliação da informalidade na atividade econômica, no mercado de trabalho e nos assentamentos urbanos. A grande parte dos territórios urbanos é constituída por assentamentos irregulares e precários – um amplo espectro de urbanismo não-oficial, que convive com todo tipo de “informalidade”.

A informalidade a que se referem Carlos e Martins tem a ver com o processo de precarização do trabalho, intensificado a partir da década de 80 do século passado, período de ajustes econômico-estruturais alicerçados por políticas neoliberais, que tem atingido principalmente os moradores pobres das cidades, afetando seu cotidiano e contribuindo para aumentar a instabilidade e a debilidade das condições de sobrevivência e de moradia na

periferia. Martins alerta, também, para as transformações do tecido urbano das cidades, que não devem ser vistas somente pela ótica das demandas de uma estrutura econômica conectada a uma rede global, uma vez que podem ser explicadas também pela estrutura de classes no interior das próprias cidades – estrutura essa que produz, em determinados setores, espaços valorizados segundo a opção das classes burguesas, e áreas periféricas com ocupação precária. Para Villaza (1998), uma das características mais evidentes das metrópoles brasileiras é a segregação espacial dos bairros residenciais de distintas classes sociais, que criam com isso sítios sociais. O autor aponta que nas últimas décadas vem ocorrendo nas metrópoles brasileiras uma tendência de concentração de camadas de rendas mais altas em setores específicos.

Esse processo é parte das explicações para o tipo de crescimento da malha urbana brasileira nas últimas décadas, pois o processo de valorização provoca um outro processo, que é o de produção de áreas menos valorizadas, ou se articula a ele. Nesse caso, então, a segregação de um setor da cidade pelas classes de maior poder aquisitivo é interdependente e contraditório ao processo de segregação das moradias populares, confinadas às áreas menos valorizadas da cidade.

Com efeito, apesar dos avanços referentes aos aspectos legais e de planejamento, na maioria dos casos, os lugares periféricos constituem-se em áreas de assentamentos precários e irregulares. Freitag (2006, p. 158) aponta esse aspecto como presente na estrutura urbana não só no Brasil como em várias grandes cidades de toda a América Latina, destacando alguns dados ilustrativos: “Os assentamentos periféricos ocupam pelo menos 50% da superfície de Lima, 35% da do Rio de Janeiro e 40% da de Caracas e de Santiago do Chile. Enquanto a população total de São Paulo cresceu 60% entre 1973 e 1987, a população favelada cresceu mais de 100%”.

Com o intuito de analisar a favelização generalizada de cidades brasileiras e da América Latina em geral, como fenômeno decorrente do aprofundamento da desigualdade social dessas jovens democracias, Burgos (2007) levanta a questão da atomização de territórios nas cidades, nos quais diferentes atores concorrem para sua gestão. Essas formas de gestão, de organização social e política, de um lado realizadas pelo Estado e de outro por autoridades locais, podem favorecer ou não a luta por direitos à cidade,

para além dos referentes aos limites desses territórios. Analisando os papéis desses diferentes agentes da gestão urbana em territórios específicos e as estratégias utilizadas por eles, o autor lança mão de dois conceitos-chave – o “controle negociado” e a “cidade escassa” – para compreender os diferentes momentos dos sistemas de poder utilizados no processo de integração social entre os vários “setores” da cidade.

Não é objetivo deste texto analisar estratégias particulares que os agentes sociais, produtores do espaço urbano, adotaram, ao longo da história recente do país, para a questão da moradia.<sup>7</sup> Aqui, interessa ressaltar que os movimentos sociais, populares, eles próprios agentes do espaço, têm adquirido feições diferentes em sua busca por defender direitos sociais não só à moradia mas à própria cidade, e que, em contradição a esses movimentos, o Estado e o mercado imobiliário, agentes articulados, têm atuado no sentido de administrar conflitos urbanos<sup>8</sup> e de garantir o pacto necessário à submissão dos pobres às condições de vida e de moradia possíveis em uma lógica capitalista e com a hegemonia dos grupos que concentram a riqueza.

Em todo esse processo, observa-se uma fragmentação de territórios na cidade, marcados pela lógica individualista e pragmática que caracteriza a sociedade contemporânea. Essa fragmentação dificulta a organização dos movimentos, mas também coloca em evidência a crise de políticas de gestão

7. Para a compreensão da trajetória desses movimentos no caso específico de Goiânia, que evidencia de modo particular os processos de especulação imobiliária e de atuação do Estado no sentido de articulação com os movimentos por casa própria para garantir a produção de áreas valorizadas, por um lado, e de áreas periféricas pobres e segregadas, por outro, pode-se recorrer, entre outras, às pesquisas de Freitas (2005), Moysés (2001), R.R. Gomes (2005) e Lúcia M. Moraes (2003).

8. Com esse objetivo, o Estado tem atuado, por exemplo, na regularização de áreas de ocupação irregular, o que em si mesmo é benéfico para a sociedade, mas é preciso considerar que, sem uma efetiva intervenção no jogo do mercado imobiliário e sem uma clara política urbana voltada para a gestão dessas áreas, a simples titularização de propriedades acaba por reproduzir, no interior dessas áreas, as mesmas práticas de exploração e de especulação comuns em processos de compra, venda e aluguel, em que o poder do dinheiro é o dominante, não conseguindo garantir assim a estabilidade do acesso e da permanência no local das pessoas que ali moram.

de cunho mais populista e conservador. Destacando o fato de que essa fragmentação é fruto da implosão de um pacto já existente, Burgos (*op. cit.*, p. 22) coloca: "É verdade que os fragmentos dessa cidade estão mais livres do que jamais estiveram dos mecanismos de controle social e político, tornando possível pensar na construção de uma nova forma de articulação horizontal, para a qual poderá contribuir a ainda vaga, mas crescente, noção de direito".

As características aqui destacadas para analisar as grandes cidades abrem caminho para entendê-las como expressão de uma dinâmica social cada vez mais fortemente atrelada a padrões globais. Nesse processo, verifica-se uma estruturação espacial que torna essas cidades capazes de atender às diferentes funções solicitadas pela dinâmica do capital internacional, mas também um quadro de exclusão social, junto com um quadro de urbanização intensa, o que faz delas um espaço onde existem muitos problemas, que dizem respeito a mobilidade, transporte, habitação, segurança, educação, saneamento, abastecimento de água, emprego, violência, e onde há grande número de excluídos, desempregados, desabrigados.

São cidades que expressam um modo de vida complexo, multicultural e heterogêneo, onde têm lugar, como já foi dito, os padrões globais hegemônicos, mas onde persistem e se recriam padrões culturais identitários de diferentes lugares. Conhecer a realidade presente nessas cidades, compreendê-las em sua diversidade e complexidade, distinguir os processos que são responsáveis por seus problemas é um projeto relevante e necessário para a busca de superação de suas dificuldades, para uma reestruturação desses espaços em conformidade com objetivos sociais e políticos efetivamente mais democráticos, com maior participação e inclusão sociais.

A participação social em um projeto como esse requer sua inclusão nas propostas de formação básica dos cidadãos. Sendo assim, ensinar a cidade, com características como as que foram destacadas aqui, é parte de projetos de gestões urbanas democráticas e participativas. Conforme Freitag (2006, p. 176):

(...) são necessárias políticas que visem à absorção da mão-de-obra, à proteção do meio ambiente, à sustentabilidade dos processos de desenvolvimento econômico, ao controle da

natalidade e da livre movimentação entre cidades e, até mesmo, entre os bairros de uma mesma cidade. Sobretudo, é necessário o desenvolvimento de uma cidadania sem a qual essas políticas não seriam bem-sucedidas.

### *O direito à cidade: Compreendendo a produção do espaço urbano, participando da gestão urbana*

O objetivo deste capítulo é analisar elementos estruturais da formação de diferentes lugares nas médias e grandes cidades brasileiras, destacando os problemas decorrentes disso no que diz respeito à produção de lugares periféricos com determinadas características e articulando essa análise ao ensino de geografia. Para fazer essa articulação, é preciso explicitar algumas premissas mais gerais. A primeira é a de que a escola tem um papel político-social ligado à formação de cidadãos mais críticos, mais participativos e mais conscientes de seus limites e de suas possibilidades de exercer efetivamente sua cidadania. A segunda premissa é a de que é fundamental propiciar instrumentos simbólicos para a formação do pensamento autônomo, necessário ao cidadão, por meio do trabalho realizado com conteúdos escolares. Nesse sentido, uma prática de ensino competente deve contribuir para melhorar a qualidade cognitiva, afetiva e política de crianças e jovens, para que possam compreender e participar melhor da vida social. A terceira premissa é a de que a geografia exerce um papel muito importante nesse processo, na medida em que tem a possibilidade de trabalhar com os alunos o desenvolvimento de seu pensamento espacial. No ensino de geografia, os objetos de conhecimento são os saberes escolares referentes ao espaço geográfico. O espaço geográfico não é apenas uma categoria teórica que serve para analisar a realidade; ele é algo vivido pelas pessoas e é resultante de suas ações.

Orientar o ensino para essa direção requer um olhar atento para a geografia cotidiana dos alunos. É no encontro/confronto da geografia cotidiana, da dimensão do espaço vivido pelos alunos, com a dimensão da geografia científica, do espaço concebido por essa ciência, que se tem a possibilidade de reelaboração e maior compreensão do vivido. Assim, devem-se levar em conta o lugar e a realidade cotidiana do aluno, com o pressuposto

de que isso torna o ensino mais significativo e o aluno mais interessado pelas atividades escolares. Nessa orientação, pode-se ressaltar a importância da educação geográfica para a vida urbana. Nesse caso, o objetivo é o de contribuir para que o aluno possa compreender melhor a dinâmica de sua cidade, de seu bairro e formar referências para participar de um projeto de cidade mais democrática, mais inclusiva. A efetivação desse projeto é uma conquista e implica considerar a cidade na sua relação com as pessoas que ela acolhe. Cada lugar tem sua identidade, suas demandas específicas – o que dá legitimidade a políticas descentralizadas no interior da cidade, políticas que levem em consideração a diversidade dos lugares urbanos. Em outra escala de análise, cada cidade é um lugar; nesse sentido, as soluções não podem ser copiadas, não podem ser generalizadas, não podem se subordinar às demandas e tendências globais; por outro lado, é preciso analisar essas questões como expressão do capitalismo contemporâneo, em sua escala mundial.

Num projeto mais democrático de planejamento e de gestão de cidade (um projeto de cidade educadora), os responsáveis buscam garantir na dinâmica urbana o maior atendimento possível de todos os interesses, necessidades e desejos de seus habitantes. No entanto, isso requer a participação ativa e responsável de cidadãos que têm propostas para a gestão, o que depende, em parte, da educação escolar.

A escola e a geografia escolar têm a possibilidade de realizar a formação desse cidadão, compartilhando experiências de intercâmbio e de relações sociais diversas, propiciando reflexões e a construção de conhecimentos, circulando informações sobre o espaço urbano em sua complexidade e sobre a responsabilidade da participação do cidadão na produção desse espaço.

Para realizar essa educação, além de organizar suas atividades buscando contemplar a temática da cidade e da gestão urbana, a escola tem de ser parceira nessa gestão, buscando conhecer as expectativas e as representações que seus alunos têm em relação à cidade, propiciando canais de participação efetiva desse grupo de cidadãos na gestão.

É, assim, um importante objetivo da geografia escolar ensinar a cidade, ensinar sua estrutura, sua organização espacial, a lógica de sua produção.

Ensinar a cidade como lugar de todos, lugar do encontro entre seus diferentes habitantes, como um lugar público, na medida em que é aberta a seus habitantes e a seus visitantes. Mas ensinar também que nem todos os lugares são iguais em termos de inserção social e que há implicações em morar em determinados lugares. O que desejamos deixar claro neste capítulo é que ensinar sobre lugares periféricos da cidade, lugares marcados e estigmatizados territorialmente, lugares onde vivem os mais pobres da cidade e os excluídos sociais é parte dos objetivos da geografia escolar (Wacquant 2005).

A preocupação com esse objetivo de ensino encaminha algumas questões: como ensinar sobre esses lugares? Como ensinar nesses lugares? Como ensinar para esses lugares? Como pode o ensino de cidade contribuir para construir, reconstruir e ampliar as representações que as crianças e os jovens de periferia têm da cidade? Como o ensino de cidade deve ser realizado para formar conceitos referentes à cidade por alunos de periferia? Qual a imagem que os alunos têm da cidade? Certamente nela há elementos da vida moderna, mas também crianças abandonadas, epidemias, enchentes, desmoronamentos, tráfego obstruído, poluição do ar, dos rios, contaminação da água, violência.

A tarefa da escola é justamente propiciar elementos, por meio do ensino de diferentes conteúdos, especialmente os de geografia, para que os alunos possam fazer um elo entre o que acontece no lugar em que vivem, na sua vida, no seu cotidiano, e o que acontece em outros lugares do mundo, trabalhando assim com superposições de escalas de análise, local e global. Ou seja, trata-se de levá-los a compreender que muitos fatos e fenômenos que vivenciam em nível local são equivalentes a outros que ocorrem em diferentes lugares, de diversos países e continentes, e que isso acontece porque são impulsionados e regidos por uma lógica mais geral, uma lógica mais global. É com essa compreensão que eles podem analisar problemas do cotidiano urbano que vivenciam.

Por exemplo, muitos dos alunos são trabalhadores e não raras vezes atuam no mercado informal, destacado pelas condições rudimentares e pela exploração, pela instabilidade e pela violência cotidiana da exclusão econômica. Isso compõe o cotidiano dos próprios lugares onde moram, interferindo em sua relação com a cidade e influenciando sua visão desse local. Há, contudo, alunos oriundos de outros segmentos sociais, que têm

uma condição econômica mais estável, que não trabalham, que fazem deslocamentos cotidianos na cidade com a proteção constante de seus pais e/ou familiares. Essa realidade, da mesma forma, afeta sua vida cotidiana, define relações com a cidade e produz representações sobre ela. As experiências espaciais desses jovens são diferentes; não se pode torná-las equivalentes, nem desconhecê-las no momento de trabalhar com conteúdos da geografia urbana em sala de aula. É importante explicitar, tanto para o primeiro grupo de alunos quanto para o segundo, a diversidade presente na cidade, levando-os a encarar a dimensão que vêm tomando os problemas decorrentes da periferização das cidades, o que pode ser feito por meio da troca de experiências espaciais dos próprios alunos. É importante também explicitar a contradição, mostrar a articulação e a interdependência dos diferentes processos e práticas que ocorrem na cidade, e isso pode ser feito, de igual modo, por intermédio da troca com os alunos, com base em seus espaços de vivência.

A explicitação das diferenças presentes em um grupo concreto de alunos, em uma sala de aula, evidenciará uma gama de possibilidades de tipos de vida na cidade (gama a ser ampliada com outros exemplos e dados empíricos), incluindo formas extremadas de sobrevivência de excluídos, social e espacialmente, e vidas modestas (economicamente), mas estáveis, da população mais pobre.

Ao considerar, como caminho metodológico, o lugar do aluno na cidade para tratar de temas mais amplos, demonstrando sua articulação com realidades globais, aposta-se na potencialidade que ele tem para dar significado às análises científicas veiculadas no ensino, que procuram dar conta da lógica de produção do espaço urbano. Busca-se, assim, transformar os limites das experiências espaciais cotidianas e individuais em potencialidade para o desenvolvimento do pensamento abstrato, conceitual, crítico, indispensável para desmontar, por exemplo, uma falsa representação da realidade ou representações superficiais, ingênuas. Como afirma Macquart (2005, p. 8), “é preciso desenvolver imagens mais complexas e diferenciadas dos ‘marginais da cidade’, se quisermos compreender corretamente sua condição social e interpretar seu destino coletivo em contextos nacionais diferentes”. “Imagens mais complexas” também incluem território e lugar, dando a eles novos sentidos e significados, como

os formulados por esse autor, quando aponta processos que nutrem a atual marginalidade:

Crescentes instabilidade e heterogeneidade da relação trabalho-salário, cada vez mais desconectada das curtas flutuações na economia nacional e concentrada em territórios estigmatizados e isolados, onde a erosão do sentido de “lugar” e a ausência de um idioma coletivo de reivindicações exacerbam a experiência e os efeitos da desproletarização e da destituição. (P. 10)

Nesse sentido, conceitos geográficos importantes para ensinar a cidade destacando a realidade de lugares periféricos são o de lugar e o de território, ambos relacionados com a formação de identidades, com a vida cotidiana, com o exercício do direito à vida nesse pedaço da cidade. No particular desenvolvimento de identidades, é relevante levar em consideração sua história, sua constituição articulada a relações de poder e o papel da alteridade na sua formação. Como afirma Serpa (2007, p. 23), com base em Bourdieu, a identidade constrói-se por meio do reconhecimento de uma alteridade, que só acontece onde há interação, transições, relações ou contatos entre os diferentes grupos. Reforça-se assim a necessidade de explicitar a diversidade, superando o limite das experiências espaciais cotidianas nas médias e pequenas cidades que, como já se salientou, se subordinam a uma lógica que tende a negar a diferença, a separar os diferentes, a impedir o encontro.

No entanto, para formar esses conceitos é necessário incluir elementos do restante da cidade, levando à noção de liberdade, igualdade e exercício pleno de cidadania, já que o lugar desse cidadão é a cidade (não somente um “pedaço” na cidade) e é ela seu território, articulado ao seu lugar, superando assim a forma de integração social em fragmentos, para promover a articulação entre os diferentes territórios/lugares da cidade.

Com o intuito de formarem esses conceitos, os professores devem falar abertamente sobre o que acontece nas favelas, nos diferentes lugares periféricos; falar não só da violência que a mídia propaga – violência de pessoas que vivem ali –, mas da violência a que elas estão submetidas, desde a que diz respeito a obedecer ao ordenamento dirigido pelo Estado,

explicitado, por exemplo, com remoções violentas, simbólica e materialmente, até a violência da vida que são obrigados a enfrentar: condições precárias do ambiente, insegurança dos terrenos, péssima qualidade sanitária, fatos que comprometem a privacidade e a dignidade de homens, mulheres e crianças que vivem nesses lugares.<sup>9</sup>

É pertinente, para tanto, apresentar dados, depoimentos, mostrar esses diferentes lugares da cidade, por meio de textos, de vídeos, de fotos. Enfim, defende-se aqui a necessidade de, por meio do ensino de geografia, aproximar os alunos, de todos os modos possíveis, dessa realidade urbana, sensibilizá-los, chocá-los, oferecer-lhes argumentos para que possam formar a ideia de que não há naturalidade nesses processos – pelo contrário, são processos produzidos social e historicamente, sendo possível alterá-los, dependendo da ação de homens e mulheres em todas as partes do planeta.

9. Nesse sentido, é bastante interessante a análise de Davis (2006) sobre a complexidade dos problemas das favelas de vários países, incluindo aqueles referentes à questão sanitária, nos transportes coletivos, à informalidade e à exploração do trabalho, entre outros. Merece destaque o capítulo denominado "Ecologia de favela" e, nele, o item "Viver na merda", no qual o autor faz uma descrição chocante das péssimas condições sanitárias experimentadas por quem vive em favelas, sobretudo em países da Ásia e da África, de tal modo que a satisfação da necessidade orgânica básica de "aliviarse" seja uma experiência bastante complicada para as pessoas, pela simples falta de banheiros, e provoque problemas ambientais de grandes proporções.

7

CIDADE, CIDADANIA E POSSIBILIDADES  
DE REALIZAÇÃO DO ENSINO DE CIDADE EM GOIÂNIA\*

Este capítulo faz uma reflexão a respeito de uma linha de pesquisa considerada importante na área do ensino de geografia – educação e cidade – e apresenta resultados de um estudo sobre saberes e práticas de professores de geografia do ensino fundamental da rede municipal de Goiânia<sup>1</sup> sobre o ensino de cidade. A preocupação referente a essa questão advém da experiência com a área do ensino de geografia, que tem evidenciado

\* Boa parte das reflexões deste texto está no artigo encaminhado anteriormente para publicação no livro *La ciudad latinoamericana como escenario para la enseñanza de la geografía* (Bogotá, no prelo). Para esta publicação, ele foi ampliado com dados de pesquisas sobre saberes e práticas docentes de ensino de cidade, destacando a especificidade de Goiânia.

1. Este texto faz uma reflexão pessoal com base em discussões e dados elaborados pelo grupo de pesquisa coordenado por mim, que conta com a participação da professora Eliana Maria B. de Moraes e da professora/mestranda Karla Annyelly T. de Oliveira, além de bolsistas de graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais da UFG. Foi produzido com base em uma pesquisa sobre saberes de professores de geografia no Brasil, que buscou, pela comparação entre três cidades brasileiras – Goiânia-GO, Juiz-RS e São Paulo-SP –, conhecer saberes e práticas docentes desses profissionais a respeito de sua cidade.